

## As tensões na agenda

Gaudêncio Torquato (\*)

*Passadas três semanas de governo, não é possível apontar se as linhas anunciadas na economia ganharão eficácia, mas os primeiros passos permitem tirar conclusões*

A guinada do Brasil à direita remarcará, externamente, sua posição no concerto das Nações e, internamente, acentuará os níveis de tensão entre os exércitos sob o comando de Jair Bolsonaro e movimentos que até então lideravam a mobilização social. Na área política, por enquanto reinará a distensão até o momento em que as oposições retomarem o fôlego.

Namoldura mundial, o Brasil se distanciará do campo da social-democracia, particularmente junto aos países europeus, onde o sistema é forte, para se aproximar das Nações que desfraldam a bandeira da direita, sob a égide do unilateralismo. O reposicionamento do país foi claramente exposto pelo chanceler Ernesto Araújo: caminharemos sozinho em algumas estradas, significando afastamento do multilateralismo que tem guiado nossa política externa desde tempos remotos.

Seu argumento: cada Nação pode e deve trilhar o caminho que julgar mais adequado para atender ao escopo da soberania, sem seguir regras estabelecidas por outras plagas. Mais: a cultura ocidental enfrenta um ataque do "globalismo", que carrega em seu bojo o "marxismo cultural". O pensamento é próximo ao que defende o presidente norte-americano Donald Trump, para quem o controle da imigração (e a defesa contra a invasão de fronteiras) é vital para defender o ideário nacional, proteger valores e as identidades dos países.

A remarcação dos eixos nas nossas relações exteriores é um grande risco, a partir da reação negativa de países árabes e da esfera asiática, a partir da China, que, segundo Bolsonaro, "quer comprar o Brasil. Essa nova ordem certamente implicará novas decisões junto aos organismos internacionais que abrigam interesses das Nações, como ONU, UNESCO, OMC, OEA, MERCOSUL, entre outras. Voltemos ao plano interno. O

perfil do presidente e a maneira direta como se expressa, sem usar intermediários, sinalizam uma linha de tensão elevada. As frentes de animosidade estarão na imprensa, em movimentos sociais e em parcela da academia. A imprensa acompanha a vida política do presidente desde o passado, registrando casos em que se envolveu (por exemplo, discussão áspera com a deputada Maria do Rosário (PT-RS), e quase sempre abordando de maneira negativa seu posicionamento de viés militar. A imprensa é considerada inimiga.

Os movimentos sociais, como o MST, núcleos ligados a arte (principalmente artistas da Globo) e grupos de intelectuais, particularmente os alinhados com o lulismo, vão continuar a atirar bombas em Bolsonaro. Que revidará com a espada do comandante-em-chefe do país. Portanto, esses setores entrarão com ímpeto no ringue. E a pauta será longa: ideologia de gêneros, armamento, demarcação de terras indígenas, direitos humanos, inserção militar na estrutura governamental etc.

No Congresso, a tensão poderá subir mais adiante. A força do mandatário-mor nos primeiros momentos abafará questionamentos. O oposicionismo será arrefecido por enquanto. Partidos e lideranças entrarão na arena de lutas quando o governo se mostrar por inteiro. Ao PT interessa que o presidente entre na guerra expressiva que ele inventou: Nós e Eles. O apartheid social sempre foi o oxigênio petista.

Se a economia responder de forma positiva aos planos concebidos, as querelas serão arrefecidas. E que fique claro: o Brasil será reapresentado na paisagem dos direitos e deveres, que terão seu discurso defendido pela esquerda e pela direita. A linha divisória será transparente. Quem aguarda tempos de paz e harmonia vai se decepcionar. Os ânimos sociais não serão apaziguados.

Uma chama de esperança: o aumento do Produto Nacional Bruto da Felicidade (PNBF). Se chegar à casa 7 numa escala de 10, é possível abirmos um ciclo de harmonia.

No mais, Bolsonaro precisa se guiar pela régua do bom senso e evitar a barbárie. Terá condições?

(\*) - Jornalista, é professor titular da USP, consultor político e de comunicação  
Twitter@gaudtorquato. Acesse o blog (www.observatoriopolitico.org).

# Projeto estende Simples Nacional a profissionais de TI

Um projeto de lei complementar do Senado permite que profissionais de tecnologia da informação (TI) atuem como Microempreendedores Individuais (MEIs)

Com a medida, eles podem recolher impostos e contribuições abrangidos pelo Simples Nacional em valores fixos mensais.

A matéria foi apresentada em 2017 por meio do Portal e-Cidadania. A ideia do cidadão Marcelo Barros, de São Paulo, recebeu 21 mil apoios pela internet e foi transformada em uma sugestão legislativa. Aprovado pela Comissão de Legislação Participativa, o texto passou a tramitar como projeto e aguarda a designação de um relator na Comissão de Assuntos Econômicos.

O autor da ideia legislativa argumenta que programadores, web designers, desenvolvedores de sistemas e outros profissionais de TI atuam in-



Projeto prevê inclusão de profissionais que elaboram páginas eletrônicas em sistema simplificado de pagamento de tributos.

formalmente como freelancers, sem proteção trabalhista.

"Desenvolvedores podem

trabalhar individualmente sem vínculo empregatício direto com o contratante, mas muitas

vezes não dispõem de recursos para abrir empresa nas categorias convencionais", destaca Marcelo Barros.

O Comitê Gestor do Simples Nacional deve determinar as atividades autorizadas a optar pelo sistema de tributação para "evitar a fragilização das relações de trabalho". O projeto detalha quais atividades poderiam ser exercidas por MEIs. Entre elas, elaboração de programas de computadores, inclusive jogos eletrônicos; licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação; planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas; suporte, análises técnicas e tecnológicas e design (Ag. Senado).

## Venezuela: militares presos por se rebelarem contra o governo

As Forças Armadas da Venezuela anunciaram a captura e prisão de um grupo de soldados que se rebelou contra o governo. Segundo os oficiais, será aplicada a "força da lei". Em comunicado, os militares informam que os "rebeldes" eram oficiais da Guarda Nacional Bolivariana e são suspeitos de roubar um lote de armas de guerra e sequestro de quatro agentes.

De acordo com o texto oficial, o grupo era ligado ao Comando Área 43 da Guarda Nacional Bolivariana, no município de Sucre, estado de Miranda. Os homens são chamados de "assaltantes". Para os oficiais, o grupo atuou seguindo "interesses escusos da direita extrema". O comunicado não menciona nomes de quem poderia estar por trás da ação. "A Força Armada Nacional Bolivariana rejeita categoricamente este tipo de ato, com toda segurança, motivado por interesses escusos da direita extrema e contrário às regras elementares da disciplina militar".

A reação ocorre menos de uma semana depois de uma Assembleia Nacional Constituinte, o Parlamento da Venezuela, que é de maioria de oposição, anunciar anistia a militares e civis que se manifestarem contrários ao governo de Nicolás Maduro. De acordo com um comunicado das Forças Armadas, os suspeitos foram entregues na sede da Segurança Especial Unidade Waraira Repano (ABR).

## Medida Provisória contra fraudes no INSS já está em vigor

Já está em vigor a MP que tem por objetivo combater fraudes em benefícios previdenciários. Para o governo, a medida que altera regras de concessão de pensão por morte, auxílio-reclusão e aposentadoria rural pode gerar economia aos cofres públicos de R\$ 9,8 bilhões apenas no primeiro ano de vigência. Serão revistos algo em torno de 5,5 milhões de benefícios do INSS, alguns com suspeita de irregularidade.

Para tanto, a MP cria a carreira de perito médico federal e estabelece uma gratificação para servidores e peritos médicos que identificarem fraudes. Para cada processo concluído, o técnico ou analista do INSS receberá gratificação de R\$ 57,50. A medida cria o Programa Especial para Análise de Benefícios com Índices de Irregularidade (Programa Especial) e o Programa de Revisão de Benefícios por Incapacidade (Programa de Revisão).

O primeiro focará benefícios e o segundo revisará benefícios por incapacidade sem perícia médica há mais de seis meses e que não tenham data de encerramento estipulada ou indicação de reabilitação profissional. Também serão revistos os chamados benefícios de prestação continuada que estejam sem perícia há



Segurados aguardam na fila para agendar perícia médica no INSS.

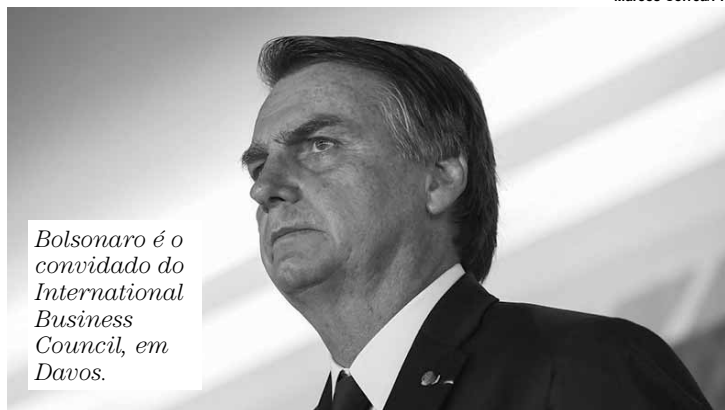
mais de dois anos. O Programa de Revisão prevê gratificação de R\$ 61,72 para peritos médicos a cada processo concluído.

A MP estabelece ainda que afastamentos e aposentadorias de servidores públicos também serão revistas. A isenção tributária concedida a doentes graves terá controle mais rígido, com exigência de perícia médica, não só documental. Para a pensão por morte será exigida prova documental para a comprovação de relações de união estável ou de dependência econômica. Atualmente, basta a prova testemunhal. Para o recebimento desde a data do óbito, filhos menores de 16 anos precisarão requerer o benefício em até 180 dias após o falecimento do segurado.

Com as regras atuais, o auxílio-reclusão é pago a dependentes de presos, bastando que o segurado tenha feito pelo menos uma contribuição ao INSS antes da prisão. Vale para o regime fechado e para o semiaberto. A MP estabelece que o auxílio-reclusão terá carência de 24 contribuições para ser requerido. Será concedido apenas a dependentes de presos em regime fechado. A comprovação de baixa renda levará em conta a média dos 12 últimos salários do segurado e não apenas a do último mês antes da prisão, o que deve alterar o valor do benefício pago. Será proibida ainda a acumulação do auxílio-reclusão com outros benefícios (Ag. Senado).

## Bolsonaro é destaque em reunião dos 100 maiores empresários

Marcos Corrêa/PR



Bolsonaro é o convidado do International Business Council, em Davos.

Primeiro chefe de Estado latino-americano a discursar na abertura da sessão plenária do Fórum Econômico Mundial, em Davos, hoje 22, o presidente Jair Bolsonaro foi convidado para a reunião do International Business Council (IBC). O IBC se propõe a identificar os aspectos de negócios globalmente relevantes e desenvolver soluções práticas. É um órgão consultivo do fórum.

Todos os anos, o IBC seleciona um chefe de Estado ou de Governo para participar de uma conversa com os 100 CEOs (empresários) de destaque no cenário mundial. Bolsonaro também fará o discurso de abertura no jantar da América Latina e receberá 50 CEOs selecionados para um almoço sobre o Brasil. Haverá ainda um jantar do fundo de investimentos BlackRock. Apontada como

maior empresa do mundo em gestão de ativo, a BlackRock tem sede em Nova York e entre seus clientes há governos, pessoas jurídicas e físicas.

Bolsonaro aproveitará a oportunidade para demonstrar sua preocupação com o agravamento da crise na Venezuela, apresentar seu ponto de vista sobre globalização e sobre tecnologia e inovação. Um dos destaques, em Davos, no entanto, serão os aspectos econômicos, particularmente a abertura econômica. Com uma agenda voltada para a defesa da abertura econômica, do combate à corrupção e do compromisso com a democracia, Bolsonaro está acompanhado pelos ministros da Economia, Paulo Guedes; das Relações Exteriores, Ernesto Araújo; e da Justiça e Segurança, Sérgio Moro (ABR).

## RS pede a suspensão de reajuste de juízes, promotores e defensores

O governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, fez uma reunião de emergência com a bancada federal do estado para pedir apoio no enfrentamento da crise financeira. A reunião ocorre no momento em que o estado ajuiza ações para a suspensão imediata do reajuste de 16,38% do subsídio de juízes, promotores e defensores. De acordo com o governo do Rio Grande do Sul, as ações envolvem atos administrativos do Tribunal de Justiça, Ministério Público e da Defensoria Pública, cuja repercussão no teto do funcionalismo estadual, que passaria de R\$ 30,4 mil para R\$ 35,5 mil, geraria impacto anual estimado em R\$ 162,6 milhões aos cofres do estado.

Segundo o governador, o efeito cascata decorre de liminares concedidas pelos conselhos nacionais de Justiça e Ministério Público, que estenderam aos magistrados e membros do MP o aumento concedido aos ministros do STF o que, por norma da Constituição, dependeria de lei aprovada pela Assembleia Legislativa para ter aplicação aos servidores estaduais.

Participaram o presidente



Governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, ladeado pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia, e pelo governador paulista João Doria.

da Câmara, Rodrigo Maia, e o governador de São Paulo, João Doria. Leite mencionou o regime de recuperação fiscal, a Lei Kandir e os precatórios como medidas essenciais para reverter o quadro grave das finanças estaduais.

"Estamos tomando medidas importantes de saneamento dos problemas fiscais, mas não somos uma ilha. Dependemos de como será a economia do Brasil nos próximos anos e dos debates feitos pelos parlamentares", afirmou o

governador. Rodrigo Maia ressaltou a necessidade da votação de uma reforma da previdência. "O problema do Brasil não está em evitar gastos, está nas despesas obrigatórias", disse, alertando para que, sem um pacto nacional, há ameaças a setores essenciais para a sociedade.

O governador de São Paulo reiterou a necessidade de aprovar a reforma da Previdência como um dos caminhos para sanar as dificuldades econômicas brasileiras.

## Reforma na Lei de Execução Penal combate superlotação carcerária

Desde 2017 o projeto aprovado pelo Senado que aperfeiçoa a Lei de Execução Penal está parado na Câmara. A proposta tem como um dos seus principais objetivos atacar problemas enfrentados pelo sistema carcerário brasileiro, como a superlotação de presídios, a informatização e a ressocialização de detentos.

Em 19 de dezembro passado, o projeto foi um dos temas da sabatina da conselheira Maria Tereza Uille Gomes, em sua recondução ao Conselho Nacional de Justiça. Em seu entendimento, a aprovação do projeto seria importante para a gestão do sistema prisional. Ela destacou no novo texto a prerrogativa do STF sobre o controle de superlotação em presídios.

"No caso de um presídio superlotado, o que fazer? Só quem pode assinar o alvará de soltura com a progressão antecipada é o Judiciário, e ninguém tira do Judiciário a escolha de quais os casos em que ele deva atuar. Contudo, se existe superlotação e ofensa aos direitos humanos, teria o Judiciário, então, que verificar quais são os presos que estão mais próximos da porta de saída?", indagou a conselheira do CNJ.

Da mesma forma, o relator, senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), observou que "o sistema carcerário nacional encontra-se em situação crítica". Ele destacou que a proposta ataca uma série de problemas estruturais do sistema carcerário, como excesso de presos provisórios; a falta de vagas para cumprimento dos diversos regimes de pena; e o desvio da finalidade de execução da pena (Ag. Senado).



Para veiculação de seus Balanços, Atas, Editais e Leilões neste jornal, consulte sua agência de confiança, ou ligue para (11) 3043-4171